

# A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método

Lucas Schuab Vieira\*

**P**ARTICULARMENTE em relação à imprensa podemos constatar que, seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e humanas. Nas diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. Nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa se configura, de forma crescente, em suporte didático-pedagógico na sala de aula. Professores de português e literatura buscam em textos da imprensa um espaço para aprendizagem de uma norma escrita mais viva e atual do que a dos clássicos; na geografia busca-se uma compreensão do espaço mundial globalizado mais atualizado, nas ciências sociais os temas do tempo presente. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 254).

Tendo em vista, portanto, a pertinência do tema, como demonstrado acima, é que nos propomos aqui a tecer uma reflexão sobre o debate teórico e a utilização da imprensa na produção de conhecimento histórico. Mostraremos propostas de trabalho de um ponto de vista da nova história política, da história social e com maior ênfase trabalharemos os aspectos teórico/metodológicos para a utili-

zação da imprensa de um ponto de vista da história cultural.

E no que concerne a disciplina de História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa atualmente está cada vez mais generalizada. E, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. Nesse momento, a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, jornais regionais e locais, grandes jornais diários, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o

---

\*Faculdade de Ciências e Letras UNESP-Assis.

anúncio comercial – tem sido, segundo Heloisa de Faria Cruz e Ana Maria do Rosário da Cunha Peixoto, amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 255).

Nos dizeres de Robert Darnton e Daniel Roche, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais apresentando visões distintas de um mesmo fato servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não mais como um simples elemento do acontecimento. (Darnton & Roche, [apud] Neves, Morel & Ferreira, 2006, p. 10).

Em um texto pioneiro Ana Maria de Almeida Camargo após reiterar as armadilhas reservadas pela imprensa alertava para o risco do historiador ir buscar no periódico precisamente aquilo do qual queria confirmar, o que em geral acontecia quando se desvinculava uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade. (Camargo, apud De Luca, 2006).

Segundo Tania Regina De Luca, essa explosão do mundo dos impressos periódicos tem sido objeto de reflexões específicas. No caso das revistas a autora chama a atenção para o trabalho de Ana Luiza Martins, que de um ponto de vista da história cultural, enfrentou o desafio de conceituar esse gênero de impresso, esclarecer suas condições de produção, mapear o seu processo de difusão e inquirir acerca da natureza da amplíssima gama de semanários e mensários que circularam pela cidade de São Paulo entre 1890-1922. (De Luca, 2006, p. 122).

A importância da imprensa como fonte para a compreensão da paisagem urbana e das representações e idealizações sociais é atestada por pesquisas historiográficas como

a de Márcia Padilha, que por meio da publicidade presente na imprensa discute o caráter multifacetado da cidade de São Paulo, os diferentes estilos e padrões de vida que comportava a diversidade de expectativas, posturas e nuances dos vários grupos sociais diante da modernidade que se anunciava. (Padilha, [apud] De Luca, 2006, p. 123).

No campo da história política a imprensa adquire importância como objeto historiográfico quando, segundo Wlamir Silva, consideramos a especificidade do político, em sua dinâmica própria, e as relações de mediação entre a sociedade e o Estado. (Silva, 2006, p. 37).

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto ambas, partindo de um ponto de vista da história social, e, entendendo a imprensa como força social ativa, assim como Robert Darnton a entendeu, propõe a reflexão sobre sua historicidade a cada conjuntura estudada. As autoras sugerem um procedimento metodológico que busque articular a imprensa como fonte e objeto de estudo ao campo de lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 253).

Tais autoras propõem como questão central o enfrentamento e a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, segundo as autoras, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário

de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Na esteira de Robert Darnton, Cruz e Peixoto reafirmam a necessidade da inserção histórica da imprensa como força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica. Cruz e Peixoto propõem que é no interior de um processo histórico, que a cada desafio reinventou o mercado como centro da vida social e, que sob a égide do capital costura a hegemonia burguesa sobre os modos de vida, é que se pode indagar sobre a especificidade histórica de suas diversas temporalidades: desde os impactos da prensa de Gutenberg e dos primeiros jornais modernos na formação de uma esfera civil pública nas sociedades burguesas emergentes até o processo de concentração dos meios de comunicação que vêm formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofamento do espaço público e democrático na contemporaneidade. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 257).

Segundo Laura Maciel, em nossas práticas de pesquisa não devemos utilizar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. (Maciel, apud, Cruz & Peixoto, 2007). Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, segundo Cruz

e Peixoto, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 258-259).

Na configuração histórica assumida pela imprensa desde o século XIX os jornais e revistas atuam segundo Cruz e Peixoto: (1) no fomento a adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; (2) na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos; (3) na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; (4) pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; (5) no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; (6) na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; (7) na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 259).

A Imprensa é linguagem característica do social, detém uma historicidade e especificidades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. Faz-se necessário refletirmos sobre como determinada publicação se constitui com força

histórica ativa num determinado momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados, amigos ou grupos mais próximos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos adversários ou forças de oposição? (Cruz & Peixoto, 2007).

Para o trabalho com a imprensa de um ponto de vista da história política é necessário, segundo Wlamir Silva, pensar o político em sua dinâmica própria, e as relações de mediação entre a sociedade e o Estado. Trata-se de romper com as determinações absolutas de estruturas, materiais ou mentais, do economicismo às formas mais enrijecidas das mentalidades, sobre o político. Devemos destacar, assim, a relativa autonomia do político e o papel dos agentes sociais, sejam indivíduos ou grupos, na construção do Estado. (Remond, 1996, p. 444-445; M. de M. Ferreira, 1992 apud Silva, 2006, p. 37). Em específico na forma da construção de conceitos políticos que orientam o processo, fazendo, pois, com que o político seja, a um só tempo, uma dimensão específica, justificando-se como objeto de análise, e em espaço de relação entre outras dimensões do social. (Rosanvallon, 1995. Apud Silva).

Na medida em que valorizamos as mediações entre sociedade e Estado e entendermos os conceitos, como formas de consciência, que compõem a vida política, estimaremos também a imprensa. Nesse contexto, a imprensa, sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico. (Ibid.). A imprensa periódica é, segundo Silva, meio de criação de uma cul-

tura política, da difusão de um “sistema de referências” que alcança estratos mais amplos da sociedade, transformando a filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis por um contingente mais significativo da sociedade. Dessa forma, “a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada”. (Bernstein, 1996, p. 88. Apud Silva, 2006, p. 38) A imprensa, assim, é meio privilegiado da pedagogia política em busca da hegemonia. (Gramsci, 1999-2002, v. 1, p. 399. Apud Silva, 2006).

Pensando agora no trabalho com os periódicos de um ponto de vista da história cultural ressaltaremos de início o trabalho da historiadora Ana Luiza Martins que no artigo “*Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras*” buscou acentuar a importância do gênero revista quando trabalhado empiricamente, à luz da história cultural, procurando evidenciar suas inúmeras possibilidades. Segundo Martins, o fascínio suscitado pela revista como documento tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus elementos, aparentemente corriqueiros; formato, papel, letra, ilustração, tiragem, sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nos periódicos. Tem-se ali registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extratexto, reclame ou propaganda, à segmentação, do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores. O que exige análise mais substanciada, e, segundo Martins, razão pela qual a fonte requer cuidados, em face dos apelos que transporta e induzem o pesquisador a configurações quase pictóricas do passado. (Martins, 2003, p. 60, grifos do original).

Frases e imagens de periódicos necessitam estar diretamente relacionados com o seu tempo, vale dizer, no imaginário construído ao seu tempo. A pertinência da revista como testemunho do período só é válida, segundo Martins, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia, e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos. (Ibid., p. 60-61).

Martins aponta duas peculiaridades que demandam análise circunstanciada e não devem ser perdidas de vista pelo pesquisador que se debruça sobre os periódicos: a segmentação que o preside e a ilustração que o completa. Com relação à segmentação da revista faz-se necessário definir o seu norte, procurando inferir o público para o qual se dirige, identificando interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado. Esse tipo de impresso preside uma dinâmica própria, pois, está inserido no sistema de produção, circulação e consumo, com vistas à ampla divulgação no mercado. Portanto, tal periódico possui um pré-requisito que é corresponder às expectativas dos consumidores que pretende atingir, assim como expandir seu público, viabilizando-se como mercadoria. (Ibid., p. 62-63).

Toda a rica gama de temáticas diversificadas, públicos e conteúdos, merecem estudos circunstanciados no quadro da revista como fonte histórica. Razão pela qual não é adequado limitar-se somente a análise do discurso destas publicações. Sendo, portanto, indispensável o confronto com suas partes, bem como imprescindíveis suas contextualizações e decodificações, seja na instância de sua emergência como naquela da desconstrução

do discurso e na análise das ilustrações que a compõe. (Ibid., p. 69).

No tocante à imagem inerente às revistas ilustradas, seja aquela da composição decorativa da página, ou aquela da propaganda, e ainda aquela outra da caricatura, constitui, segundo Martins, representação com forte carga documental, merecendo estudo mais detalhado. Em um país de fraca população leitora, como o Brasil, a imagem, ou ilustração, garantem rápida absorção das mensagens, potencializando a comunicação periódica. (Ibid.).

Portanto, tendo em vista a relevância da iconografia nos periódicos, propomos uma análise das ilustrações no sentido de que esta seja caracterizada com a atenção voltada para as representações sociais e funções cumpridas por ela na publicação. (Meneses, 1996, p. 152). Sugerimos que o enfoque não caia sobre a qualidade pictórica das iconografias, ou sobre a relevância artística das ilustrações. Portanto, ao invés de se ter qualquer pretensão crítica, ou de avaliação da maior ou menor qualidade das obras, propõe que se opte por restringir-se a abordagem à mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma.<sup>1</sup> (Schwarcz, 1998). A imagem é um indicio do passado que traz em suas estruturas elementos valiosos para a compreensão do período histórico que apresenta. Pois a apreensão da imagem nos possibilita entender as diversas representações da realidade e a construção de imaginários acerca de um determinado período. Interessa-nos, portanto, recuperar o que este tipo de documento tem a nos di-

<sup>1</sup>Esta abordagem no trabalho com imagens também foi feita pela autora Lilia Moritz Schwarcz no livro *As barbas do Imperador*.

zer enquanto representação de uma época. (Schwarcz, 1998). Trabalhar as ilustrações enquanto representação significa, segundo Chartier, “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (Chartier, 1990, p. 16).

Segundo Peter Burke, “[...] as imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos”. Elas se constituem como testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social incluindo o mundo de sua imaginação. As imagens são testemunhas dos arranjos sociais passados e das maneiras de ver e pensar do passado. Elas dão acesso a visões contemporâneas daquele mundo e não ao mundo social diretamente. O testemunho das imagens necessita ser colocado em uma série de contextos (cultural, político, material e assim por diante), incluindo as convenções artísticas, bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a pretendida função da imagem. No trabalho com imagens faz-se necessário ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos, incluindo ausências significativas. (Burke, 2004).

As imagens são uma forma de suporte de representações. Não sendo, portanto, possível pensá-las como mero registro do real externo e objetivo, buscando avaliar seu grau de fidelidade, pois a imagem é uma “construção discursiva, que depende de formas históricas de percepção e leitura, das linguagens e técnicas disponíveis, dos conceitos e valores vigentes.” (Meneses, 1996). As imagens, independentemente de suas qualidades estéti-

cas, se constituem numa forma importante de evidência histórica. “Elas registram atos de testemunho ocular”. Mas o uso de imagens não pode ser limitado à “evidência” no sentido estrito do termo, deve-se também levar em conta “o impacto da imagem na imaginação histórica”. (Haskell, 1993. In: Burke, 2004). Ou seja, segundo Peter Burke, imagens nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida. (Burke, 2004).

Para a construção da narrativa histórica é preciso além do conteúdo e da forma levar em conta os diferentes propósitos dos realizadores das imagens. E analisar também o contexto político, social e cultural imersos na imagem e do período em que foram criadas. Assim como não se pode ignorar a possibilidade de propaganda, ou das visões estereotipadas do “outro”, ou esquecer a importância das convenções visuais aceitas como naturais em uma determinada cultura ou num determinado gênero. (Ibid.).

Segundo Ana Luiza Martins, o conhecimento sobre a formação do artista e sua rede de influências, patrocínios e mercados evidencia-se como demanda premente para a análise dessa nova produção artística, inserida em um contexto diverso daquele tradicional e seletivo dos raros admiradores da arte. Em lugar da tela o papel impresso deflagrava a ampla divulgação da ilustração, dando na mesma proporção visibilidade inusitada ao artista. (Martins, 2003, p. 73).

Assiste-se, pois, segundo Martins, através do periodismo, à veiculação exaustiva de símbolos, configuradores de grupos, classes sociais, partidos, governos, projetos valendo-se da pluralidade de imagens e tratamentos gráficos. (Martins, op. cit., 2003, p. 74).

Três aspectos se apresentam como fundamentais e devem ser incorporados no trabalho com imagens. (1) Abandonar a falsa polaridade entre real e imaginário, pois a imagem pertence ao real, uma vez que práticas e representações são indissociáveis. (2) A necessidade de a imagem ter valor probatório, é outra falsa questão, pois o valor documental das imagens, se refere à problemática das representações sociais, à possibilidade de compreensão do imaginário, e não a capacidade de as imagens confirmarem traços empíricos. (3) A capacidade de o olhar do ilustrador/desenhista de instituir um conhecimento sobre a realidade no qual se insere. (Meneses, 1996). Segundo Meneses;

O olhar, portanto, institui seu próprio objeto. A imagem não só é instituída historicamente, como é, também, *instituinte*. Daí, para um verdadeiro dimensionamento histórico, a necessidade de estudar o circuito da imagem: sua produção, circulação, apropriação, em todas suas variáveis. (Meneses, 1996, p.154; grifo do original).

E com relação ao movimento de construção do projeto editorial do periódico, cabe afinal indagar de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articulam passado/presente/futuro. Como concebe o tempo e o periodiza? A partir de que lugar social propõe marcos, datação e calendário social? Que expectativas coloca para o tempo que virá? Indica o que deve ser preservado do passado, e o que deve ser relegado

modificado ou esquecido? (Cruz & Peixoto, 2007, p. 265).

Marco Morel ao escrever sobre a imprensa na primeira metade do século XIX interpreta os redatores de periódicos como novos agentes culturais e políticos, os quais tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Eram, segundo Morel, com frequência, construtores do Estado Nacional. (Morel, In: Martins, 2008, p. 39).

Segundo Marco Morel, no trabalho com imprensa deve se levar em consideração e avaliar as nuances e a complexidade da produção, circulação, consumo e papel social do fazer jornalístico no Brasil. Assim como as várias redes de sociabilidade que se constituíram entre diversos periódicos entrelaçados ao contexto do qual se encontravam inseridos. Não se deve negligenciar dentro desses vínculos que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes de sociabilidade pela imprensa periódica. A qual pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, assim como dos agentes que a produziam e dos leitores, ou ouvintes, que de alguma forma eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos. (Ibid., p. 41-43).

Como metodologia de análise da fonte propomos como um primeiro ponto referencial, que se análise a materialidade do periódico e os seus suportes. Nesse sentido para historicizar a fonte propõe-se que se leve em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se

dispunha, do que foi escolhido e por que. Assim como as funções sociais desse impresso. Em síntese, à forma como tal impresso chegou às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, ilustrações), a estrutura e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos. As condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se prendem a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar o periódico em uma série, uma vez que este não se constitui em um objeto único e isolado. Portanto, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa. É, portanto, pensando nisso que indicamos como base, para um primeiro eixo de análise do periódico, estas propostas para o trabalho com a fonte em questão. (De Luca, 2006).

Segundo Cruz e Peixoto no que se refere à produção e distribuição faz-se necessário a indagação sobre algumas outras dimensões da publicação relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem. Os grupos produtores remetem às forças sociais que conduzem a publicação e suas condições de produção. A análise das referências sobre circulação e distribuição propõe a reflexão sobre públicos leitores e redes de comunicação. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 266).

O segundo eixo de análise refere-se ao conteúdo em si. No que propomos ao pesquisador aventureiro que se leve em consideração a subjetividade de quem escreve, pois, a

imprensa periódica escolhe, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. (De Luca, 2006). Os discursos contraem significados de muitas formas, inclusive pelos processos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em determinados temas, a linguagem e a natureza do conteúdo associam-se ao público que a revista pretende atingir. Trabalharemos com o que se tornou notícia o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. E, ter sido publicado implica atentar para o local em que se deu a publicação, o que confere determinado significado a notícia, assim como as hierarquias que as atravessam. É preciso atentar também para o destaque conferido ao acontecimento. (De Luca, 2006).

Outra característica que se propõe a ser levada em consideração é a revista enquanto espaço de discussões intelectuais, relações afetivas e sociabilidades. O que torna o periódico um projeto coletivo, por agregar pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita ou ilustração. Nesse sentido faz-se necessário a identificação cuidadosa do grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, assim como fornece pistas da leitura de passado e futuro compartilhada por seus propugnadores. Apresenta-se também como relevante, inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros. (Ibid.).

As redações podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens

políticas e estéticas, compondo redes que atribuem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir acerca da formação, estruturação e dinâmica destes. O sumário que se expõe ao leitor resulta, portanto, de “intensa atividade de bastidores”. Sendo nessa perspectiva, necessário recorrer a outras fontes para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico. O periódico prescreve, portanto, a análise circunstanciada do seu lugar de inserção, e delinea uma abordagem que faz dos impressos, de forma sincrônica, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos em uma crítica competente. (Ibid.).

Em termos de um procedimento de pesquisa, como um primeiro ponto faz-se necessário a identificação do periódico que queremos estudar, desenvolver uma *sensibilidade de leitura* frente à materialidade histórica por ela assumida, assim como, é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e a classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Ao iniciar a análise, em alguns números estratégicos do jornal ou revista, é importante atentar para a composição do projeto gráfico/editorial daquela publicação. A análise do projeto gráfico volta-se para a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico como, por exemplo, a localização e extensão que ocupam as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas, seus modos de articulação e expressão. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 261-262).

As capas e primeiras páginas funcionam como vitrine da publicação que, por meio de

“chamadas” de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões. Partes e cadernos propõem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos. Cadernos especiais e suplementos indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos. Edições comemorativas indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias. Seções diversas, editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, anúncios denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial. Colunas fixas assinadas: geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas. Manchetes, colunagem, frisos, legendas organizam e destacam conteúdos e propõem uma maneira de ler. Iconografia, ilustrações, fotos, caricaturas, charges, desenhos, gráficos que, buscando traduzir a posição editorial em outra linguagem, podem reforçar, complementar, extrapolar e, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual. Principais anunciantes, publicidade e seus espaços indicam a articulação da publicação com determinados preocupações empresariais e comerciais naquela conjuntura. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 262).

Se formos pensar em termos de recepção ou públicos leitores, seu estudo remete aos sujeitos e ao campo de sentidos, no qual atuam: leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças. Aconselha-se que a análise dos públicos leitores, assim concebida, não se confunda com o estudo individual do leitor ou da leitura. Indícios e pistas forne-

cidas pelas tiragens e formas de distribuição do jornal, se articuladas às indagações sobre as marcas da presença dos interesses, valores e perspectivas desses grupos na configuração do projeto editorial, remetem ao diálogo constante com o universo social e ao campo de forças constituído pelo público leitor. Este diálogo ocorre num campo de pressões recíprocas: no mesmo movimento, a imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor. Este, por sua vez, constitui em uma das pressões constantes a que está sujeita qualquer publicação e que, portanto, incide sobre seu projeto editorial. Espaços de distribuição e circulação do jornal ou revista, e, bancas, cidades, bairros, Estados, clubes de leitura, lista de assinantes, sindicatos, escolas, permitem problematizar os ambientes e usos sociais destes periódicos e as redes de comunicação que propõe e ajudam a conduzir. (Cruz & Peixoto, 2007, p. 263-264).

E como uma última recomendação ao pesquisador que se propor a realização de uma história da imprensa recomenda-se que o mesmo devesse munir-se de paciência e tempo; saber que vai enfrentar problemas de localizações de coleções acessibilidade e condições de consulta, qualidade do material disponibilizado eventualmente ainda existente; necessidade de montar espaços e estratégias para a documentação a guarda e a reprodução do material encontrado, compromisso ético e profissional em se preocupar em dar acessibilidade máxima possível ao material encontrado; continuidade das pesquisas porque, a todo o momento, estão sendo publicados novos materiais ou dados a respeito de uma publicação ou de uma época que nos ajudam a entender ou ler melhor de-

terminado periódico ou período. (Hohlfeldt, In: Losnak & Vicente, 2001).

## Bibliografia

- Bernstein, S. (1996). “Os partidos”, In: Rémond, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.
- Burke, P. (2004) *Testemunha ocular – imagem e história*. Bauru, SP: EDUSC.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Cruz, H. & Peixoto, M. (2007). “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, in: *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p. 1- 411, dez.
- De Luca, T. (2006). “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in: Pinsky, C. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- Gramsci, A. (1992-2002). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Losnak, C. & Vicente, M. (org.). (2001). *Imprensa & sociedade brasileira*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 256 p.
- Maciel, L. (2004). “Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920”, in: Fenelon, D. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água.

- Martins, A. & De Luca, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2003). “Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras”, in: *História* [online]. vol.22, nº 1, pp. 59-79.
- Menezes, U. (1996). “Morfologia das cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in: *Revista USP*, São Paulo, nº 30, p. 144-155.
- Neves, L.; Morel, M. & Ferreira, T. (org.). (2006). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPeA: Faperj.
- Rémond, R. (1996). “Do político”, in: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.
- Rosanvallon, P. (1995). “Por uma história conceitual do político”, in: *Revista Brasileira de história*, v. 15, nº 30.
- Sallas, A. (2010). “Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação”, in: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, nº 2, abr.-jun. p.415-435.
- Schwarcz, L. (1998). *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, W. (2006). “A imprensa e a pedagogia liberal na província de minas gerais (1825-1842)”, in: Neves, L.; Morel, M. & Ferreira, T. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPeA: Faperj.